

FORMAÇÃO INTELECTUAL DOS FUTUROS PRESBÍTEROS

*Urbano Zilles**

Resumo

O autor apresenta considerações críticas sobre os estudos acadêmicos dos candidatos ao sacerdócio católico. O problema frente aos novos desafios atuais mostra a importância de estudos filosóficos e teológicos sérios para a relevância do cristianismo no diálogo com o pluralismo do mundo de hoje.

PALAVRAS-CHAVE: teologia, filosofia, estudo, ciências, sacerdote.

Abstract

The author presents critic considerations about the academic studies of candidates to catholic priesthood. In front of the problem there are new challenges showing the importance of serious studies in Theology and Philosophy for the relevance of Christianism in the dialogue with the plurality in the world of today.

KEY WORDS: theology, philosophy, study, sciences, priest.

Há numerosos documentos da Igreja sobre a formação dos presbíteros: Concílio Vaticano II, Código de Direito Canônico, CNBB (n. 55), Pastores Dabo Vobis, de João Paulo II, etc. Por mais respeito que tenhamos para com esses documentos, precisamos perguntar-nos: não são observadas suas orientações ou, se observadas, estão defasadas com a situação da própria Igreja na sociedade de hoje?

Se analisarmos a pesquisa da CNBB, publicada em 2004, sobre “O perfil do Presbítero Brasileiro”, constatamos que a grande maioria dos padres está satisfeita com a formação recebida. Aliás, o título dessa

* Doutor em Teologia. Professor e Diretor da Faculdade de Teologia da PUCRS.

pesquisa, cujo caráter científico não tem muita credibilidade, a rigor, não passa de “índices de satisfação do clero brasileiro”. Caberia perguntar: o leigo, sobretudo o crítico, está satisfeito com a formação do clero? Ou somos sacerdotes só para nós mesmos? Como se explica o baixíssimo índice de frequência às missas nos fins de semana? As nossas homilias atingem o povo de Deus ou este está nas celebrações de outros templos?

Em Porto Alegre, a frequência à missa dominical não chega a 10% dos católicos. Portanto, o índice é menor que na Holanda, país europeu de menor índice. Se temos 1,4 milhões de católicos, as 70 paróquias deveriam ter a média de 2.000 fiéis em cada fim de semana. Ora, a grande maioria delas não chega a 1.000. Segundo informações dos próprios párocos, em algumas paróquias não chega a 300 participantes. O que arrasta fiéis tão facilmente para outras bandas? Enquanto as exigências da pastoral crescem, no Brasil inteiro percebe-se clara tendência a diminuir as exigências da formação intelectual dos futuros presbíteros. E isso numa época do pluralismo religioso, na qual, por um lado, se desconfia das capacidades da razão e, por outro, predomina a mentalidade técnico-científica que ignora as questões éticas e religiosas. Quando falamos de formação dos presbíteros, referimo-nos, acompanhando os documentos do Magistério da Igreja:

- a) à formação acadêmica ou intelectual;
- b) à formação sacerdotal ou espiritual.

Aqui limitar-nos-emos à primeira, sabendo que ambas são inseparáveis e igualmente importantes e ambas têm como fundamento a formação humana, sem a qual será inútil querer falar de formação sacerdotal.

Há uma diferença entre uma Faculdade de Teologia e um Seminário. O objetivo da Faculdade é formar teólogos e o do Seminário é formar sacerdotes ou pastores. O Reitor representa o bispo no Seminário: o bispo “está presente no Seminário através do ministério do Reitor e do serviço de co-responsabilidade e de comunhão animado por ele com os outros educadores” (*Diretrizes*, n. 18). O Reitor é por ofício o principal conscientizador e dinamizador da união do Seminário com o bispo, o presbitério e todo o povo de Deus da diocese. Quando os seminaristas estudam Filosofia ou Teologia, o Reitor ou Assistente deve ser o elo também com a Faculdade.

Antes de discutirmos a quantidade de presbíteros, talvez coubesse discutirmos a qualidade e, sobretudo, a missão do presbítero hoje.

Quem lê o NT, dificilmente consegue ver em S. Paulo o papel hoje dado ao culto, pois em sua obra predomina claramente o anúncio da Palavra de Deus. Coisa semelhante constatamos nos Santos Padres, como Agostinho de Hipona, Clemente de Alexandria, etc. O abandono do púlpito não se deve também ao pouco que temos a dizer ao povo? Quando falta conteúdo, de pouco adiantam as técnicas de comunicação. Aliás, qual o papel da comunicação em nossa pastoral? Se olharmos o sucesso dos Santos Padres, não podemos deixar de ver, em primeiro plano, sua apologética, que, originariamente, era a capacidade de dialogarem e, por isso, responderem, à luz da fé e da Palavra de Deus, aos grandes problemas de seu tempo, formulados sobretudo pela Filosofia. Se olharmos para Tomás de Aquino, na Idade Média, vemos o gênio que não foge de pensadores judeus e muçulmanos, mas com eles dialoga, discernindo à luz da fé cristã, aceitando ou rejeitando suas posições. Este é o Aquinate vivo, não o traído e morto dos manuais que responde a problemas velhos e dá respostas a perguntas hoje não-feitas. Há problemas novos que exigem respostas novas, desafiando, não só a fé, mas também a razão. Ora, no espírito de Tomás de Aquino, a Teologia e a Filosofia deveriam dialogar com todas as correntes filosóficas atuais e com as ciências que, na época do Aquinate, ainda estavam integradas na Filosofia. Para isto é importante o estudo crítico das Filosofias contemporâneas. A Filosofia e a Teologia precisam reaprender a dialogar com opostos, e não só com clones. Por isso o sacerdote precisa de uma formação filosófico-teológica sólida. Nesse sentido, não raro se descreve a missão do presbítero em contextos superados ou, então, não se toca na pluralidade de facetas da sociedade. Até certo ponto, isso é compreensível, porque as mudanças ocorrem muito rapidamente.

Há um povo que procura uma resposta para seus problemas. Esse povo, muitas vezes, encontra um clero sem rosto, sem identidade, incapaz de ouvir as perguntas do povo, um clero intelectualmente superficial e sem maior profundidade espiritual. Esse problema agrava-se, porque jovens candidatos ao sacerdócio carecem de sólida formação geral. Desconhecem, não só o latim e o grego, mas até o português. Para projetos mais sérios de pastoral, exige-se, não apenas boa vontade e dedicação, mas também competência. No mundo em que predomina a cultura do pessimismo, da violência e da morte, é preciso anunciar esperança, paz e vida, de tal maneira que mobilizem os agentes para a ação. Parodiando São Tiago, perguntamos: onde estão as obras de vossos discursos e documentos?

Na *Pastores Dabo Vobis* João Paulo II diz que a situação atual “exige prementemente um nível excelente de formação intelectual, que torne os sacerdotes capazes de anunciar o imutável Evangelho de Cristo e torná-lo digno de credibilidade diante das legítimas exigências da razão humana” (n. 51). Pouco adiante acrescenta: “A obrigação do estudo, que preenche uma grande parte da vida de quem se prepara para o sacerdócio, não constitui de modo algum uma componente exterior e secundária do crescimento humano, cristão, espiritual e vocacional” (n. 51). Mais de 50% dos problemas dos candidatos ao sacerdócio desapareceriam, se houvesse exigências mais sérias no estudo da Filosofia e da Teologia.

1 A formação acadêmica em geral

Trinta anos atrás, na maioria das paróquias, o padre e o médico, onde havia, eram os únicos com curso superior. Hoje a situação mudou profundamente. Já na escola fundamental a maioria dos professores tem curso superior e, não raro, até pós-graduação. Na área profissional, quem quiser manter-se tem que se atualizar sempre. Em nossa Igreja, o barco navega contra a correnteza, quando se trata da formação dos futuros sacerdotes. Sob o pretexto de formar “pastores”, um termo muitas vezes ambíguo, tende-se a minimizar os estudos da Teologia e da Filosofia. E isso ocorre no Brasil inteiro. Vejo razões para isso: a) nem sempre o estudo é bem-orientado, nem atualizado; b) a premente necessidade de ter maior número de padres para atender o povo, etc. E continuamos a formar padres de maneira pior que antes do Concílio Vaticano II, pois antes sabiam até grego e latim e hoje sequer português.

Enquanto em outras áreas do conhecimento se exige sempre mais dedicação e qualidade para obter lugar de trabalho, o emprego do padre está garantido. Se continuarmos nessa linha do minimalismo, amanhã ou depois, formaremos padres à semelhança dos pastores de algumas seitas. Na primeira homilia dizem tudo que aprenderam e algumas coisas que ainda não aprenderam. Não adianta saber *como*, se falta *o que* dizer. Aliás, algumas comunidades, como a Assembléia de Deus, preocupam-se muito com a formação de seus pastores hoje.

Hoje aqui nosso objetivo é uma melhor formação dos futuros sacerdotes, atendendo orientações que decorrem da experiência milenar da própria Igreja, de cujo coração nasceram as universidades medievais, que não impediram a decadência da formação do clero no século XVI, no tempo da Reforma, uma vez que o clero não as frequentou.

A formação dos padres nos Seminários maiores exige a presença, segundo o CDC art. 239, no mínimo, de um Reitor e um Diretor Espiritual e, no mínimo, um professor para cada uma das disciplinas principais (CDC art. 253, § 2º). Tais pessoas hoje não mais se improvisam. Deles exige-se vivência diária e muita dedicação no estudo e na pesquisa. Observamos que a modalidade habitual do Seminário, que reúne no mesmo local e sob a mesma direção a residência e os estudos, apresenta problemas sérios, como o do isolamento do pulso da vida social, e com facilidade abranda exigências acadêmicas, uma vez que existe dificuldade de formar um bom corpo docente com dedicação de tempo integral. A modalidade que separa o Seminário, ou seja, o local da formação sacerdotal do local da formação intelectual, articulando-se com um Centro de Estudos para o curso filosófico-teológico, pode encontrar um curso que não satisfaça às exigências eclesiais ou negligenciar a formação sacerdotal, sobretudo quando se trata de instituição leiga. Neste caso é importante a colaboração entre o Centro ou Faculdade e o Seminário, coisa nem sempre fácil. Tal assunto exige permanente atenção do episcopado.

S. Pedro, em sua primeira carta, exige de cada cristão que saiba dar a razão da sua esperança a quem a solicitar (*1 Pd* 3, 15). Ora, nesse caso, espera-se ainda mais do candidato ao sacerdócio. Certamente não é necessário que todos os sacerdotes de uma diocese sejam doutores. Mas é importante que, na medida do possível, cada diocese tenha especialistas em Bíblia, em Teologia Sistemática, em Ética, em Direito Canônico, em Liturgia, a quem, não só o povo, mas também os colegas possam recorrer. Ninguém poderá ser bom em tudo. Da mesma forma, parece-me importante a especialização em alguma pastoral, como a da juventude, da família, dos cárceres, da comunicação, etc. Havendo algum Tomás de Aquino, haverá espaço para um santo Cura D' Ars e um Santo Marcelino Champagnat. Nesse sentido, é bom que a Igreja do Brasil tenha algum Pe. Marcelo, como é bom que nem todos sejam um Pe. Marcelo. Esta multifacetária expressão faz parte da identidade do sacerdote secular ou diocesano.

Diz o Doc. n. 55 da CNBB: “A formação intelectual dos candidatos ao sacerdócio encontra a sua específica justificação na própria natureza do ministério ordenado e manifesta a sua urgência atual defronte ao desafio da nova evangelização” (n. 144). Adiante acrescenta: “Por isso é inaceitável a tendência a diminuir a seriedade e a exigência dos estudos, em razão da deficiente preparação dos candidatos ou por outros motivos. Mais do que nunca os fiéis têm

direito à competência, clareza e profundidade daqueles que assumem a responsabilidade de mestres na fé, no desempenho do ministério presbiteral” (n. 145, citando PDV 56).

A formação intelectual específica do presbítero constitui-se pelo Curso de Teologia e pelo Curso de Filosofia. O primeiro visa o estudo da Revelação à luz da fé e do Magistério da Igreja católica, “de modo que os estudantes possam nela penetrar profundamente, torná-la alimento da própria vida espiritual, anunciá-la, expô-la e defendê-la no ministério” (OT 16). A Palavra de Deus, por sua vez, recebemos em formulação humana, em linguagem humana, para homens de diferentes culturas, etc. Ora, para o trabalho de tradução permanente da Palavra de Deus para dentro de novas situações, a Teologia precisa da Filosofia, a fim de melhor compreender a pessoa humana, sua liberdade, suas relações consigo, com outros e com Deus. Nessa perspectiva justifica-se também o estudo das Ciências Humanas. Entretanto, a exegese histórico-crítica da Bíblia e o conhecimento científico-filosófico da situação humana não dispensam a leitura de ambas à luz da fé, que é tarefa, não só dos formadores, mas também dos docentes. Para isso exige-se um trabalho integrado entre docentes e formadores.

Parece-me que na formação intelectual, tanto na teológica quanto na filosófica, deverá atender-se mais aos fundamentos, discernir melhor o que é essencial, ou seja, doutrina de fé, e o que é opinião discutível. Do contrário, o estudo degenera em ideologia e perde-se à margem dos problemas e da própria fé. Em síntese, no mundo da tecnociência, exige-se um nível sempre mais alto de formação intelectual dos presbíteros para a própria atividade pastoral.

2 A formação teológica

Se perguntarmos aos leigos o que esperam do padre, certamente receberemos respostas como estas: competência, coerência e santidade. Para entender a primeira, bastaria ouvir Santa Teresa que, consultada se para a direção espiritual preferia um padre santo ou doutor, preferiu o doutor. Uma das conseqüências do Iluminismo é que a tradição não vale por si, mas deve justificar-se criticamente em novas situações; o profissional, no caso do padre, não tem mais autoridade reconhecida pelo simples fato de pertencer à classe do clero, como o professor não goza de autoridade somente por pertencer à classe dos professores. Cada padre deve conquistar seu reconhecimento junto ao povo por aquilo que faz e é. Sempre mais aquilo que o padre diz, sobretudo nas homilias e celebrações, enfrentará a crítica racional dos fiéis, pois seus conhecimentos aumentam.

A Igreja exige do candidato ao sacerdócio um Curso de Teologia com a duração mínima de quatro anos. Tão importante quanto a duração são as opções de conteúdo e de método no ensino da Teologia. O Curso de graduação exigido para o presbiterato gira em torno da Bíblia, da Teologia Sistemática e de disciplinas específicas para a pastoral, como Direito Canônico, Liturgia, Moral, História da Igreja e outras.

Na verdade, ninguém deveria concluir a Teologia sem estudo profundo da Bíblia. Isso pressupõe a leitura do texto. Como vai anunciar a Palavra de Deus quem a desconhece? Este estudo não se faz bem, quando o aluno se limita a freqüentar as aulas. Ele precisa de biblioteca atualizada e de tempo de estudo como qualquer estudante universitário ou até mais. Deve conhecer os métodos atuais, como o histórico-crítico para a leitura de textos históricos. Isso é necessário, mas não suficiente. Deve, outrossim, conhecer a Tradição e interpretação da Igreja, discernindo o que é fundamental para a fé daquilo que é discutível. Como outros profissionais, o estudante de Teologia deve adquirir o hábito do estudo que será importante para a preparação das homilias, palestras, cursos, e de sua atividade pastoral.

Por outro lado, deve o estudante de Teologia exercitar-se na análise de situações e problemas concretos, na formação do juízo crítico, no discernimento das implicações doutrinárias e pastorais, na compreensão da cultura popular, no diálogo e na comunicação. Precisa aprender a ouvir, antes de falar e desenvolver o bom senso, importante para a Teologia e a Pastoral. Só quem fechar os olhos e ouvidos não percebe os sérios desafios que hoje surgem do próprio trabalho pastoral e na sociedade em geral, que exigem do pastor competência doutrinária e intelectual.

Nesse sentido, o padre, hoje, ao concluir o Curso de Teologia bem feito, apenas está habilitado para iniciar suas atividades. Como já prevê o Vaticano II, deverá atualizar-se sempre através do estudo. A *Pastores Dabo Vobis* de João Paulo II urge a continuidade da formação dos presbíteros: “A formação permanente ajuda-o a vencer a tentação de reduzir o seu ministério a um ativismo que se torna fim em si mesmo, a uma impessoal prestação de coisas mesmo espirituais ou sagradas, a um mero emprego ao serviço da organização eclesial. Só a formação permanente ajuda o padre a guardar com amor vigilante o *mistério* que traz em si para o bem da Igreja e da humanidade” (n. 72).

A formação permanente inclui a atividade intelectual: “Também a dimensão intelectual da formação precisa de ser continuada e apro-

fundada durante toda a vida do presbítero, em particular mediante um estudo e atualização cultural séria e empenhada. [...] Em particular, a continuação do estudo teológico mostra-se necessária para que ele possa desempenhar com fidelidade o ministério da Palavra, anunciando-a sem confusões nem ambigüidades, distinguindo-a das simples opiniões humanas, mesmo se famosas e muito difusas” (PDV, n. 72).

Estudar Teologia não se resume no estudo da doutrina católica. Se assim fosse, bastaria ter um bom catecismo ou manual. O conhecimento profundo da doutrina católica é condição necessária, mas não suficiente para a vida e ação do presbítero, pois é como um esqueleto. É preciso encarná-la, traduzindo-a para a linguagem do meio em que atua, ou seja, traduzi-la para dentro de novas situações, dando-lhe vida. Mas, indiscutivelmente, o futuro sacerdote deverá ter uma boa visão do conjunto da doutrina católica.

O objetivo do Seminário é formar pastores. A formação de pastores exige estudo de Teologia e de Filosofia. Tal estudo realiza-se numa situação que mudou profundamente. Enquanto na tecnociência se busca a objetividade e a universalidade, na prática assuntos como fé, ética e religião passaram a ser assuntos de cada um, assuntos privados. O fenômeno da *subjetivação da fé* faz com que não só um crescente número de cristãos, mas também os seminaristas, manifestem menor sensibilidade ao conjunto global e objetivo da doutrina da fé. Preferem uma adesão subjetiva ao que agrada, ao que corresponde à própria experiência. Seus ídolos, muitas vezes, não são os professores mais competentes mas os que mais lhes agradam. Essa situação não só dificulta a decisão dos jovens para o sacerdócio ministerial, mas também a motivação para um estudo sério da *scientia fidei*.

Nessa situação, a formação dos futuros sacerdotes exige um trabalho conjunto entre docentes e formadores, bispo e presbíteros da diocese. Entra em função o Colégio da Igreja particular na qual se torna presente concretamente a Igreja universal. Teólogos e bispos estão a serviço da mesma Igreja de Cristo, na tarefa de promover a fé. Por isso devem desenvolver e cultivar uma confiança recíproca, superando tensões e conflitos.

O teólogo é, antes de tudo, um homem de fé, mas é um crente que se interroga sobre a própria fé (*fides quaerens intellectum*). Tenta compreender o que crê, o sentido de sua fé. Tenta fazer uma *scientia fidei*. Para isso o teólogo move-se numa dupla direção: o estudo da Palavra de Deus como chega a nós, na Tradição viva da Igreja, e o

estudo do homem, interlocutor de Deus. Nesta segunda tarefa nenhum saber é tão importante para a Teologia quanto a Filosofia.

3 A formação filosófica

Nas orientações da Igreja exige-se um mínimo de dois anos de Curso Filosófico, ou seis anos de Curso filosófico-teológico integrado. O Curso de dois anos de Filosofia, a rigor, também seria viável, inclusive a partir da nova LDB do MEC como Curso seqüencial. Entretanto, será necessário perguntar se tal é conveniente e oportuno.

Pessoalmente duvido do sucesso de tal redução, à maneira dos Legionários de Cristo ou da *Opus Dei* em Navarra, para nosso clero diocesano. No primeiro caso, existe o apoio disciplinar de uma instituição que acompanha todos os passos de seus membros durante a vida inteira. Este não é o caso do padre secular. No segundo caso, há um contexto cultural europeu que não é o nosso. Para leigo cursar Teologia, Navarra exige, no mínimo, três semestres de Filosofia. Além disso, há um corpo docente no qual todos têm doutorado e Biblioteca rica para consulta dos alunos, com dedicação integral ao estudo e ensino. Tudo isso deverá ter-se presente, quando se quiser decidir a redução do tempo do Curso de Filosofia e, no caso de candidatos mais jovens, concluirão os estudos acadêmicos muito cedo, até antes da idade canônica desejada para a ordenação.

Quais seriam os argumentos a favor?

A duração de estudos seria abreviada e, conseqüentemente, aliviaria as finanças das dioceses.

Quais os argumentos em contrário?

Considerando a necessidade de amadurecimento, sobretudo dos jovens, e o aumento das deficiências do ensino médio, a abreviação do Curso de Filosofia poderá significar a transferência de problemas para depois e mostrar-se como equívoco.

Qual a finalidade do Curso de Filosofia para a Teologia?

O Curso de Filosofia tem dupla finalidade: dar consistência ao discurso teológico e, por outro lado, serve como preâmbulo da fé no sentido de “que leva a uma compreensão mais profunda da pessoa humana, da sua liberdade, das suas relações com o mundo e com Deus; e que contribui para despertar e educar a procura rigorosa da verdade” (CNBB n. 55, n. 147).

Quais deverão ser as linhas mestras propostas pela Igreja para a formação de futuros presbíteros? Quais as matérias indispensáveis?

A CNBB fixou um currículo mínimo com disciplinas e carga horária. Dentro de uma perspectiva tomista, podemos dizer que no Curso de Filosofia deve-se estudar:

- a) Uma *gnosologia* ou *teoria do conhecimento* solidamente fundada, ao mesmo tempo, sobre a razão e a experiência, capaz de dialogar criticamente com todas as correntes filosóficas de hoje e com a tecnociência, pois hoje não se faz mais ciência como no tempo de Aristóteles e Tomás de Aquino, mas entre os cientistas e os objetos a serem estudados (p. ex., na medicina) interpõem-se equipamentos sempre mais sofisticados. Na área das Ciências Humanas não mais podemos prescindir do computador.
- b) Uma *antropologia* que harmonize ontologicamente, no homem, a alma e o corpo, o espírito e a matéria como espírito encarnado. O corpo é nossa maneira de ser no mundo. Através dele estamos em comunhão com todo o universo material, pelo ar que respiramos, pela comida que ingerimos, etc. Cabe analisar a pessoa humana na sua imanência, singularidade e transcendência; a pessoa como relação consigo mesma, com as coisas, com os outros e com Deus.
- c) Uma *cosmologia* fundada na metafísica, mas aberta a todas as novas descobertas da ciência.
- d) Uma *teodicéia* que parta do terreno firme da experiência para chegar à existência e transcendência de Deus, como racionalmente plausível. Para isso deve conhecer as condições e os limites do conhecimento científico. Se este não prova a existência de Deus, não se pode concluir que prova sua não-existência.
- e) Uma *ética racional*, com fundamento ontológico, que sirva de base para a política e todo o valor humano. Ora, nesse campo hoje surgem situações complexas, p. ex., no campo da bioética que pressupõem estudos aprofundados.

Enfim, para a formação dos futuros sacerdotes interessa uma Filosofia aberta ao transcendente, de modo que possa desembocar no Cristianismo. A Revelação (Teologia) somente será resposta a quem

sabe perguntar pela finalidade e sentido das coisas, do homem e do mundo (Filosofia).

As Teologias facilmente envelhecem por causa das Filosofias que lhes servem de base. Não é qualquer Filosofia que se ajusta a essa função. Temos o mau exemplo recente da Teologia da libertação. Na tradição da Igreja católica, destaca-se o aristotelismo tomista. Entretanto, essa tradição na maioria das vezes não passa de traição. O que engrandeceu Tomás de Aquino foi sua capacidade de dialogar criticamente com todas as correntes filosóficas e teológicas de seu tempo. Ora, isso pressupõe conhecer essas Filosofias. Portanto, para ser um tomista autêntico, hoje se exigiria a competência de dialogar com todas as correntes contemporâneas. E isso não se limita a “Filosofias filosofadas” dos manuais, mas é preciso chegar a uma “Filosofia filosofante”. Quem ler atentamente os documentos do Vaticano II, a *Fides et Ratio* e a *Pastores Dabo Vobis*, de João Paulo II, ou a *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis* não terá dificuldade de perceber logo que postula esse tomismo aristotélico vivo. Portanto, o Curso postulado pela Santa Sé não se improvisa.

As orientações da Igreja referentes ao Curso de Filosofia na preparação dos futuros sacerdotes ainda sugerem inclusão de Ciências Humanas para uma melhor compreensão da pessoa humana. Os currículos de Filosofia nas Faculdades oficiais do Brasil, no século XX, copiaram o currículo mínimo dos Cursos seminarísticos. Hoje, de acordo com a nova LDB, no Brasil não existe mais currículo mínimo, mas diretrizes básicas.

O que um futuro sacerdote, via de regra, deveria saber? O aluno precisa de instrumentos da Lógica, princípios da Ética, da Metafísica e da Antropologia, e critérios para discernir diferentes tipos de conhecimento, possibilidades, condições e limites de conhecimento humano; para dialogar com a sociedade de hoje; para anunciar o Evangelho hoje, precisa conhecer as principais correntes atuais, sobretudo da Filosofia da religião. A própria fé não pode prescindir da razão e do afã de pensar os seus conteúdos. Já o testemunha Santo Agostinho, quando diz no *De Trinitate*: “Desejei ver com a inteligência o que acreditei, e muito tive de discutir e esforçar-me” (XV, 28).

Essas são as linhas mestras que a Igreja propõe a serem seguidas. Deixa a opção de separar o Seminário como lugar da formação sacerdotal do lugar da formação acadêmica ou unir as duas no Seminário. Se se quiser tudo num Seminário, há uma série de

ponderações a serem feitas. A primeira diz respeito ao corpo docente. Parece-me que a grande maioria dos Seminários maiores do Brasil, tanto os diocesanos e interdiocesanos quanto os religiosos, não satisfazem as exigências mínimas da Santa Sé. O corpo docente não dispõe de qualificação para o ensino superior, não dispõe de tempo e, por isso, fica sem produção científica relevante para a Igreja. Apenas com boa vontade não se faz um bom Seminário. Exige-se um número adequado de educadores. No mínimo um professor para cada uma das disciplinas principais (CDC art. 253, § 2º). Os professores e alunos necessitam de uma infra-estrutura: biblioteca atualizada, rede de informática, horários para estudo, etc. Além disso, docentes e discentes hoje deveriam participar de eventos científicos. A maioria dos eventos e encontros de padres e seminaristas não passam do social e do pietismo.

Hoje, as exigências do MEC, quanto ao currículo, são flexíveis, mais que a CNBB. Esta fixa uma carga horária mínima, p. ex., para a História da Filosofia, de 240 h, 90 h para a Teoria do Conhecimento, 90 h para a Metafísica, 90 h para a Ética, etc. O MEC é exigente na qualificação e produção dos docentes, o que não seria nada mau, se também o exigíssemos dos professores de nossos Seminários maiores.

A CNBB exige um mínimo de dois anos para o Curso de Filosofia, mas recomenda três anos e, “em hipótese nenhuma, poderão ser inferiores a dois anos” (CNBB 55, n. 160). Apresenta apenas o currículo mínimo, mas cada Seminário deverá elaborar seu currículo pleno, que inclua o mínimo fixado, acrescentando carga horária e disciplinas.

Não sei se caberia, em geral, reduzir a formação filosófica, independentemente de realizá-la em Faculdade ou em Seminário, a dois anos, em vista das reflexões já apresentadas. O aspecto econômico certamente pesa, sobretudo sabendo que no fim haverá desistências. Entretanto, se olharmos para a Conferência Episcopal Alemã, vemos que, através do KAAD, financia mais de 5.000 bolsas para leigos do Terceiro Mundo fazerem Mestrado e, sobretudo, Doutorado na Alemanha, em suas respectivas áreas de conhecimento, em vista da importância de lideranças leigas na Igreja. Ora, um número significativo de nossas lideranças leigas no Brasil são aquelas que cursaram Seminário, freqüentaram, na maioria, Curso de Filosofia. Pergunto-me se seria prudente privá-los de um título universitário, ao menos numa visão mais global de Igreja.

Se uma diocese quiser fazer um bom Curso de Filosofia para seus seminaristas, terá que investir em docentes e deverá liberar ao menos parcialmente os padres que lecionam e remunerá-los para que possam atualizar sua bibliografia e dispor da infra-estrutura.

Onde o Curso de Filosofia é ministrado numa instituição católica e o testemunho dos docentes não for coerente, parece-me que esses, se não servirem para seminaristas, deveriam ser afastados porque dificilmente servirão para leigos católicos.

O Curso de Filosofia na Universidade oferece oportunidades ímpares aos seminaristas para participarem em eventos culturais com a participação das maiores autoridades científicas: cursos de extensão, palestras em áreas afins, etc., até o momento pouco explorados. Entre nós, por enquanto, a Teologia e a Filosofia têm muita dificuldade de integrar-se no ritmo da vida da Universidade.

Em síntese, a decisão de reduzir o tempo do Curso de Filosofia a dois anos não é fácil, tanto perante os documentos eclesiais como perante a realidade concreta de jovens seminaristas. Quando se trata de vocação madura, parece-me não haver problema, tanto no caso de o Curso realizar-se no Seminário ou em Faculdade. Tornou-se difícil oferecer estudos filosóficos no próprio Seminário e não numa Faculdade ou outro Centro de Estudos, se não se quiser perder a qualidade. Se olharmos para o Brasil, vemos que não faltam experiências malsucedidas. A formação na própria moradia facilmente se torna caseira e, surgindo crises, tornam-se de difícil solução. Aliás, este foi o principal motivo que levou a Teologia, em 1969, de Viamão para a PUCRS. Em vista de todas as ponderações feitas, não é possível indicar grandes vantagens além do aspecto financeiro, para reduzir o Curso de Filosofia ao mínimo de tempo, que é de dois anos. Este é o meu parecer neste momento. A Igreja merece sacerdotes que saibam mostrar a relevância da mensagem cristã para os homens no mundo de hoje.

Referências

CNBB. *Formação dos presbíteros da Igreja no Brasil*. (Doc. n. 55). São Paulo: Paulinas, 1995.

_____. *Vida e ministério dos presbíteros*. (Estudos n. 88). São Paulo: Paulus, 2004.

_____. *O perfil do presbítero brasileiro*. São Paulo: Itaici, 2004.

CÓDIGO de Direito Canônico. São Paulo: Loyola, 1987.

CONCÍLIO VATICANO II. *Compêndio do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1968.

JOÃO PAULO II. *Pastores Dabo Vobis* (Exortação sobre a formação dos sacerdotes). São Paulo: Paulinas, 1992.

SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO. *Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis*. SEDOC 2, 1969/70, cc. 1211-1232 e 1337-1360.